

PAISAGEM E GEOGRAFIA

TERESA BARATA SALGUEIRO ¹

Resumo – A paisagem surge na pintura em consequência da ruptura com a visão teológica medieval, integrando-se numa série de acontecimentos que vão dar corpo ao projecto da Modernidade.

Por herança da estética naturalista do romantismo a paisagem ocupa lugar proeminente na geografia. Tanto é interpretada como uma porção da superfície da terra, como se refere aos seus aspectos visíveis.

Pouco importante no período do positivismo o interesse pela paisagem renasce no último quartel do século XX quer na biogeografia, quer na geografia humana, em associação com as correntes críticas do positivismo. Enquanto aquela continua a considerar a paisagem como uma parte da superfície da terra, na geografia humana vê acentuar-se a ideia da paisagem ser um território visto e sentido, cada vez mais subjectivo e elaborado pela mente. O foco não é posto no território, mas no modo como é visto, percebido e sentido.

Palavras chave: paisagem, espaço, visão do mundo, objectiva, subjectiva

Abstract: LANDSCAPE AND GEOGRAPHY – The word landscape was first applied to renaissance paintings, but the concept really emerged during the scientific revolution that replaced the theological explanation of the world and was part of the events that led to the making of the modern world.

Landscape has a central place in classical geography because of the importance romantic aesthetics attached to nature in the early 19th century. It was then seen as a piece of land on the surface of the earth surface as well as its visible features.

Although given little importance during mid-century positivism, interest in landscape grew again in the last quarter of the 20th century both in biogeography and human geography along with current criticism of positivism. However, while biogeography continues to view landscape as a piece of the earth's surface, human geographers are more concerned with the subjective aspects of the relation between people and their environment. The main interest is not space but the way of seeing and perceiving it.

Key words: landscape, area, way of seeing the world, objective, subjective.

¹ Professora de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Investigadora do CEGL, Cidade Universitária, 1600-214 Lisboa; fax:+351.21.7960063; E-mail: tbs@mail.doc.fl.ul.pt

I. INVENÇÃO E MORTE DA PAISAGEM

«Até ao século XVIII, a paisagem era sinónimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio (o lugar) adquiriu estatuto de paisagem.»²

A descoberta da paisagem feita através da pintura³ no ocidente revela um novo interesse pela natureza, um posicionamento diferente das pessoas face ao seu ambiente e uma rotura com a visão do mundo dominada pelas explicações teológicas. A observação da natureza vai fazer-se depois em busca de uma emoção estética, semelhante à que a pintura produz, e de explicações para o seu funcionamento as quais abrem caminho a uma maior exploração e manipulação da natureza.

A fruição da natureza como espectáculo estético, implícita à invenção da paisagem, implica o afastamento entre o sujeito e o objecto de contemplação (a natureza), a mobilização dos sentidos e a aprendizagem de códigos de selecção, apreciação e valorização, os quais fazem parte de um modelo cultural, pois a paisagem é uma maneira de ver o mundo e «só se vê o que se tem na cabeça» (PIVETEAU, 1989). A pintura desempenhou um papel determinante na construção dos códigos estéticos de apreciação da natureza. De facto, a pintura de paisagem levou as pessoas a olhar a natureza com outros olhos, pois ao fazer da natureza tema de quadros, objecto e condição da beleza, valorizou o território como espectáculo estético (RONAI, 1976) e instituiu uma nova forma de olhar o território em busca de prazer. O belo correspondia ao perfeito na pintura e as pessoas cultas procuravam observar as paisagens que eram conformes às normas fixadas na pintura.

A nova relação da sociedade com o seu espaço não é portanto um dado mas um produto, construído por um processo cultural e social. Requer aprendizagem. É necessário preparar o olhar para descobrir a beleza da natureza através de um processo cultural de aprendizagem de códigos e modelos⁴ a que ROGER (1989 e 1991) chama «artialização *in visu*». A elevação do ambiente à categoria de objecto de fruição implica também a sua transformação para servir esse objectivo, o seu embelezamento ou «artialização *in situ*» que consiste na

² ROSENDAHL e CORRÉA, 2001:15.

³ O vocábulo de raiz germânica foi primeiro usado pelos holandeses, ainda nos finais do séc.XV que, no século XVI, o introduziram em Inglaterra para descrever uma representação pictórica do campo. Nas línguas latinas o vocábulo entra através da Itália, país onde a primeira ocorrência registada do termo *paesaggio* data de 1521 para referir obras flamengas compradas por colecionadores italianos, obras em que havia representações da natureza.

⁴ Para Roger *pays* é o espaço geográfico que existe sem interesse estético, o grau zero que precede a paisagem considerada como o espaço artializado de acordo com as regras pictóricas e do gosto.

inscrição do código artístico na materialidade do lugar, na sua transformação de modo a torná-lo belo. É no essencial o processo que preside à arte de fazer jardins a que poderíamos acrescentar, pelo menos em teoria, o urbanismo nalguns dos seus aspectos.

Do ponto de vista económico, a nova visão e forma de relacionamento com o mundo permitiu a evolução do sentido económico da terra com a transição da economia natural para a economia capitalista, associada ao aumento da intensidade da exploração que COSGROVE (1984) estudou. Efectivamente, o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objecto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins. Ao adquirir-se o conhecimento da forma da terra e a possibilidade da sua medição rigorosa por meio dos métodos de triangulação, estava aberto o caminho para a exploração e domínio de todo o planeta, empresa que no essencial decorrerá até ao final do século XIX. Desde o século XVII que o desenvolvimento das ciências experimentais aplicado à exploração dos recursos naturais permitiu o crescimento acelerado da produção material, acompanhado pelo consumo excessivo de muitos recursos e pela produção de resíduos potencialmente perigosos, ambos ameaçadores dos equilíbrios naturais. Deste modo a questão da sustentabilidade ambiental é um dos grandes desafios para o século XXI.

Recentemente têm-se multiplicado as referências à 'morte da paisagem'. Esta morte refere-se tanto à evolução da pintura como à amplitude das transformações territoriais e à inexistência de modelos que as permitam apreciar. Efectivamente, a pintura de Cézanne e depois o cubismo acabaram com as regras de ouro da composição dita legítima, assente na perspectiva linear (visão a partir de um só ponto) e no escalonamento de planos, oferecendo-nos Kandinsky por 1912 uma 'Paisagem' totalmente abstracta.

Entretanto, o território sofreu uma transformação rápida e profunda que levou ao desaparecimento de muitas formas tradicionais de organização e sua substituição por formas novas, mudança que está na origem de uma certa nostalgia pelo passado, pela pretensa harmonia das paisagens que as pessoas já não encontram à sua volta, não dispondo ainda de modelos que lhes permitam apreciar as formas agora produzidas e que, por via disso, parecem vulgares e sem qualidade estética.

Se, em termos gerais, reconhecemos a importância da falta de critérios de apreciação de uma realidade mais instável, parece-nos importante referir que as paisagens representadas pela pintura eram paisagens idealizadas e, mesmo quando revelavam observação minuciosa do real, a reunião dos elementos apresentados não tinha correspondente directo na natureza. Desde as primeiras pinturas de paisagens que as árvores, o tipo de folhas, os frutos, a presença de uma linha de água eram colocados para produzir certos efeitos de composição, para transmitir determinadas sensações ou emoções. No século XIX, no quadro do academismo, os pintores continuaram a produzir paisagens bucólicas ignorando totalmente as transformações que entretanto ocorriam no real. Deste

modo o modelo que forneciam, e que era uma imagem construída realidade, foi-se desfasando da realidade e perdeu eficácia.

II. A PAISAGEM NA GEOGRAFIA

1. Primórdios

A paisagem aparece identificada, pelo menos desde o século XVIII, com a fisionomia de uma dada área, a sua expressão visível. A moda das viagens e a grande divulgação dada aos seus relatos no século XIX favoreceram, segundo LUGINBÜHL (1992), a associação da paisagem às características de um dado território, traduzidas na combinação local dos elementos naturais e humanos, devido ao modo particular como se aproveitam localmente os recursos, portanto base da especificidade regional.

Os conceitos de 'paisagem', 'região', 'lugar', 'espaço', e 'território' são exemplo de áreas privilegiadas pelos geógrafos na sua tarefa de conhecer e estudar a superfície da terra. Há designações que surgem ao mesmo tempo (por exemplo paisagem e região), enquanto outras parecem antagónicas e apareceram em tempos diferentes (como é o caso de espaço e paisagem ou espaço e território). De facto traduzem objectos de análise diferentes no seio de correntes teóricas diferenciadas, pois a diversidade de objectos de estudo, tal como a dos métodos de análise, revela a identificação com determinadas escolas de pensamento.

Na herança da estética romântica naturalista, bem evidenciada por Humboldt, a paisagem ocupa lugar proeminente na Geografia quando esta se constitui como disciplina científica na Alemanha, no século XIX, embora o conceito não tenha um sentido preciso. Com efeito, *landschaft* tanto significava uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da terra tal como era percebida por um observador⁵. A palavra alemã foi traduzida para outras línguas sem se precisar a qual dos sentidos se referia o que manteve a ambiguidade e gerou muitas confusões como, entre outros, HARTSHORNE (1939) e SORRE (1961) reconhecem.

Assim, neste primeiro período podemos identificar dois modos principais de os geógrafos estudarem as paisagens. Para uns a paisagem é vista como uma fisionomia caracterizada por formas e o seu estudo recorre basicamente ao método morfológico. É a posição defendida por Brunhes e alguns alemães como Schluter e Passarge, tendo passado da Alemanha para a escola de Berkeley onde Sauer se aplica no estudo da 'morfologia da paisagem', acres-

⁵ Fisionomia associada à percepção e capaz de proporcionar um certo prazer estético. Grano e Schluter falam dos aspectos sensíveis do ambiente, *lanscape sensations*, que permitem dar conta de mudanças relacionadas com as horas do dia ou com as estações do ano.

centando-lhe a dimensão genética. O método morfológico divide a estrutura da unidade de observação em elementos constituintes, as formas, que são examinadas pela sua função, origem e evolução classificando-as numa sequência de desenvolvimento e percebendo a contribuição individual e dos conjuntos para o total (COSGROVE, 1984). Por processos comparativos era possível construir uma tipologia das formas e identificar os seus padrões de ocorrência. Assim HARD (1992)⁶ destaca o facto dos elementos poderem ser agrupados em diferentes escalas formando representações ordenadas com diferentes graus de complexidade.

A outra linha de estudo da paisagem privilegia as características de uma área expressas nos seus atributos físico-naturais e humanos e o estudo das inter-relações dos fenómenos nesse território, o que permite aproximar o conceito de paisagem do de região, adoptando como método a análise corológica, e os géneros de vida como conceito explicativo. Este modo de ver é mais próximo da tradição dominante na geografia da primeira metade do século, a escola regional, podendo-se indicar como seus expoentes Lautensach, Bobek, Demangeon e, embora um pouco mais tardiamente, Sorre. É mais no método de estudo e nos conceitos explicativos que as duas correntes divergem, pois para Sauer a paisagem é também sinónimo de região e o seu estudo inclui as relações entre os vários elementos⁷.

Os estudos de paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre⁸, foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas. Pelo contrário, a acção humana é considerada factor decisivo ou principal de transformação e vários autores reconhecem que as paisagens verdadeiramente naturais não existem (excepto talvez as calotes glaciárias, como admite Harstshorne). Primeiro mais focalizados na análise morfológica, os estudos diversificam-se depois para abranger os aspectos de organização, através do estudo das relações funcionais entre os elementos componentes, bem como a sua evolução genética. Enquanto umas correntes privilegiam a análise de territórios particulares, da combinação local e específica dos elementos materiais constituintes, outras aspiram à construção de taxonomias e à procura das causas de formação e evolução das formas com recurso ao método comparativo, como referimos. O ponto de partida é a observação 'objectiva', pois o conceito de paisagem é essencialmente visual, mas progressi-

⁶ Citado por GOMES (1999).

⁷ O termo paisagem caracteriza «uma associação geográfica específica de factos. Termos de certo modo equivalentes são 'área' e 'região'» (SAUER, 1925:321) e «descobrir a conexão espacial dos fenómenos e a sua ordem é uma tarefa científica» (idem, ibidem 318).

⁸ Mesmo no final século XIX os progressos na apreensão das paisagens humanizadas não eram ainda decisivos (CLAVAL 1974:26).

vamente a necessidade de explicação do conjunto obrigará ao recurso a 'dimensões ocultas' porque não visíveis, do domínio da cultura, da economia, da organização política (GOMES, 1999).

Para os geógrafos do princípio do século XX, preocupados já com a afirmação científica da disciplina e com os perigos da ruptura entre geografia física e geografia humana, a paisagem aparecia como um conceito integrador pois traduzia as interações entre os elementos do mundo físico e entre estes e os grupos humanos numa dada área. Diferentes combinações de fenómenos da superfície terrestre traduzir-se-iam em diferentes morfologias do território e, portanto, em diferentes paisagens, e cada região era caracterizada por uma paisagem própria. «A insistência na paisagem permitia dar à geografia um objecto diferente do de outras disciplinas que também contribuía para o conhecimento da superfície terrestre, enquanto a insistência na região superava o perigo de divisão entre geografia física e geografia humana» (CAPEL 1981:345).

Podemos identificar nos estudos de Geografia quatro grandes tradições ou correntes principais, a da 'Diferenciação Espacial' ou *Areal Studies* para a qual a região é um conceito chave, a dos 'Estudos de Paisagem' iniciada na Alemanha e continuada na Califórnia pela escola culturalista de Berkeley com C.Sauer, a da 'Distribuição Espacial' preocupada em explicar a localização dos fenómenos à superfície terrestre, e a das 'Relações Homem-Ambiente'. Esta última, inicialmente marcada pelo determinismo naturalista, evoluiu depois para posições antropocêntricas mais ou menos fortes estudando o ajustamento dos grupos humanos ao meio, e adoptando abordagens de tipo possibilista⁹. Se não autonomizarmos os estudos dedicados à paisagem como corrente, podemos encontrá-los, com bastante relevo, na primeira e na última das abordagens enumeradas, e perceber melhor o seu papel no contexto disciplinar. Aliás, SACK (1980) nota que aquelas duas tradições aparecem por vezes juntas na ideia de paisagem. Já PEET (1998:10) considera apenas três escolas de pensamento na primeira metade do século, a da Geografia Regional, a da Geografia Cultural associada à escola de Berkeley e à morfologia da paisagem e, a mais antiga, a do Determinismo Ambiental, sendo a primeira dominante.

Os autores próximos da escola regional corológica chegam a considerar como objectivo da geografia humana a interpretação e explicação das paisagens culturais ou humanizadas, as quais são vistas como uma totalidade, objectivação do género de vida ou da civilização que são as chaves da explicação, e vêem o estudo da paisagem como o das relações funcionais e dinâmicas entre os elementos que as constituem.

Os estudos da paisagem geográfica em articulação com o paradigma regional atingem o apogeu nas duas décadas que se seguem à primeira guerra mundial e, prova da sua importância é a existência de uma secção especial

⁹ Na individualização das correntes, inspirámo-nos principalmente em PATTISON (1964), HAGGETT (1975), HARVEY (1983) e PEET (1998).

dedicada à paisagem geográfica nos Congressos Internacionais de 1934 (Varsóvia) e 1938 (Amsterdã). Neste último, não foi possível chegar a consenso sobre uma definição de paisagem, apesar de terem aparecido duas propostas uma das quais de responsabilidade de H. Lautensach¹⁰. A definição que propunha, semelhante à que foi adoptada na resolução final, dizia que «mais do que uma **entidade fisionómica e estética**, a paisagem geográfica engloba todas as relações genéticas dinâmicas e funcionais que ligam as componentes de cada parte da superfície do globo»¹¹. Esta proposta mostra como a questão da qualidade estética não estava ausente do conceito de paisagem dos geógrafos e que Lautensach, que inseria o estudo das paisagens na Geografia Regional ao dizer que «a paisagem caracterizava uma certa porção do espaço geográfico», queria diminuir essa dimensão.

Algum tempo depois deste congresso de Amsterdã, seja por efeito do desafio ambiental posto à geografia pela reconstrução da Europa no pós-guerra¹², seja por necessidade de evolução interna com o esgotamento do paradigma regional, assiste-se à decadência dos estudos sobre paisagens e regiões, em paralelo com o reforço do neo-positivismo, a expansão das perspectivas de análise espacial, a busca de modelos preditivos e o incremento do recurso a métodos quantitativos que vão contribuir para o aparecimento de uma «nova geografia».

2. As correntes actuais

O último quartel do século XX é marcado pelo renascer do interesse pela paisagem o que se manifesta no crescimento do número de publicações, colóquios, seminários e associações sobre o tema, cujo alcance atinge e mobiliza o grande público.

A relação indivíduo-ambiente é colocada em novos termos teóricos mas volta ao centro da preocupação de muitos geógrafos e, neste contexto, os estudos sobre a paisagem e a paisagem urbana assumem particular destaque, em paralelo com uma maior atenção prestada às ameaças e aos perigos que a exploração intensa de recursos está a colocar.

Durante muito tempo os geógrafos aceitaram que a paisagem era a porção do espaço geográfico que se abrangia com o olhar, estudando como paisagem as características desse espaço. Se pensarmos nas definições de paisagem que aparecem na literatura geográfica dos últimos anos verifica-se uma transição

¹⁰ A outra foi elaborada por um grupo de geógrafos franceses e alemães.

¹¹ Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Amsterdã, 1938, Tomo I, p. 480 (sublinhado nosso).

¹² Recorde-se que alguns geógrafos (como por exemplo, de STODDART, 1981 e JOHNSTON, 1983) defendem que a disciplina tem evoluído principalmente por acção de condicionantes externas, ambiente económico, social e político, designadamente.

de enfoque do objectivável (físico/ ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/ objecto), pois a «paisagem não é um simples 'objecto' nem o olho que a observa uma lente fria de 'objectiva'» (FRÉMONT, 1974), embora ambas as posições tenham representação. A bibliografia permite individualizar um grupo de autores que identifica ainda paisagem com uma porção da superfície da terra, realidade material, com características próprias, analisáveis objectivamente. É claramente a posição dos geógrafos que vêem a paisagem numa perspectiva ecológica, na convergência da geografia e da ecologia¹³ que prolongam a tradição naturalista do princípio do século. Por outro lado, encontramos os geógrafos humanistas e os que têm ligações às escolas ditas do comportamento e do espaço vivido a interessarem-se pela paisagem numa perspectiva essencialmente subjectiva. Para eles a paisagem é principalmente uma construção mental a partir da percepção e vivência no território.

O desenvolvimento da biogeografia e de alguns aspectos da geomorfologia mais próximos da ecologia estão na base de uma 'ciência da paisagem' de carácter ecológico e profundamente naturalista bem representada em França e mesmo em Espanha, tendo por referência Bertrand e a escola de Toulouse, bem como Wieber e a escola de Besançon que, em termos metodológicos, se aproximam da teoria dos sistemas. O conceito de paisagem foi evoluindo desde uma posição muito próxima da geografia física, até revelar maiores preocupações com os processos económicos e culturais, procurando abarcar a totalidade dos fenómenos no espaço estudado. BERTRAND em 1968:250 escrevia que a «paisagem é, numa certa porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos ou abióticos, biológicos e antrópicos que reagindo dialecticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável que evoluciona em bloco», mas BERTRAND e DOLLFUS (1973:162) reconhecem que «as pesquisas sobre a paisagem estão ainda pouco libertas da ganga biogeográfica e muito afastadas das preocupações económicas e sociais». Esta escola revela uma aproximação à teoria dos eco-sistemas e, em termos de método, regista-se a importância de produzir uma taxonomia de seis unidades hierárquicas desde o geotopo à zona do globo.

A escola de Besançon com raiz na geografia física tenta conciliar o que há de objectivo e de subjectivo nas paisagens através de um modelo sistémico. Consideram três subsistemas no complexo paisagístico, o «dos produtores de paisagem» constituído por elementos inertes (abióticos), vivos (bióticos) ou humanizados (antrópicos) entre os quais se estabelecem fluxos de energia e de matéria¹⁴, e traduzido em formas e funções; o sub-sistema «dos utilizadores» tributário dos fenómenos da percepção e da projecção afectiva e mental; e a

¹³ «A ciência da paisagem situa-se na confluência da geografia e da ecologia» BERTRAND (1972:131).

¹⁴ Neste sub-sistema a paisagem é sinal de forças bio-físicas em interacção (BROSSARD e WIEBER, 1984:6).

«paisagem visível», uma espécie de potencial para utilização que estabelece a intermediação entre os dois sub-sistemas anteriores e que corresponde a uma zona abstracta onde se formam as ‘imagens’ do território, é constituída pela infinidade de imagens que a disposição dos objectos (componentes) oferece na rede de relações visto-observador (BROSSARD e WIEBER (1984:6). As pesquisas desta escola incidem preferencialmente neste sub-sistema, tendo desenvolvido um método de análise que procura sistematizar a visibilidade dos espaços e os efeitos que as transformações dos eco-sistemas produzem nas imagens, no qual a análise sistemática de fotografias, a cartografia e o tratamento informático dos dados assumem grande destaque.

Na geografia humana verifica-se o acentuar do facto da paisagem ser um território visto e sentido, cada vez mais subjectivo e elaborado pela mente. O enfoque centra-se no indivíduo, nas suas práticas e nas representações que elabora do mundo exterior, as quais condicionam, por sua vez, o comportamento. RELPH (1987:12) ainda define a paisagem como o «contexto visual da existência quotidiana», mas o acentuar da importância da representação tornou-se tão grande que BRUNET (em 1974b:200) escreve «que importa a realidade, se a decisão é função, não da realidade, mas da ideia que se faz dela?». Este tipo de abordagem encontra-se basicamente entre os autores das correntes ditas da Geografia das Representações, ou mais no cerne da Geografia Humanista, correntes que aproximam a geografia das tendências fenomenológicas e existencialistas também em expansão noutras ciências sociais. Assim, por exemplo, COSGROVE (1984:13), diz que a paisagem é «o mundo exterior mediatizado pela experiência subjectiva dos homens, portanto um modo de ver o mundo», enquanto para TUAN (1979:89) trata-se de «uma imagem integrada, construída pela mente e pelos sentidos». Posição de certo modo semelhante é defendida por CLAVAL (1987) quando fala numa «relação sensível e visível com a superfície da terra» aproximando o conceito de paisagem daquilo que Berque chama ‘*trajection*’, da ‘topofilia’¹⁵ de Tuan e do ‘sentido do lugar’ de outros autores. De facto, muitos procuram o estudo da paisagem pelo seu carácter subjectivo, susceptível de se basear na experiência e ser enriquecido através dela, incorporando a sensibilidade (COSGROVE, 1984)¹⁶.

Em França estas perspectivas desenvolvem-se nos anos 70 e 80¹⁷ a partir das correntes focadas no espaço vivido desenvolvidas por A. Frémont como base para a divisão regional. O espaço vivido é antropocêntrico, pois que centrado no homem, nas suas necessidades e vivências, mas não adoptam explícita-

¹⁵ Topofilia «é a ligação, o contrato afectivo entre as pessoas e o lugar... *the human love of place*» (TUAN 1974: 4 e 92).

¹⁶ COSGROVE (1984:34) diz que «Com a geografia humanista a paisagem re-emergiu como palavra importante porque o seu sentido afectivo permite escapar da posição de ‘outsider’ e incorporar a sensibilidade na ligação empenhada com determinados lugares».

¹⁷ Hardy com a sua Geografia Psicológica em 1939 foi um precursor ignorado destas escolas, enquanto DARDEL (1952) veio a inspirar bastante mais tarde diversos geógrafos.

tamente a perspectiva fenomenológica e existencial (SANGUIN, 1981). Esta linha vai concretizar-se no que se poderá chamar uma geografia das percepções, e depois das representações, e do comportamento. Focada inicialmente nos processos cognitivos, nas inter-relações destes com as escolhas espaciais, pois que as «paisagens humanas são expressão de decisões orientadas por um misto de motivações individuais e económico-sociais projectadas no espaço sensível, mais do que resultante climática-pedológica»¹⁸, cada vez mais se libertará da mecânica positivista para se preocupar com o que as paisagens exprimem, com os laços afectivos entre as pessoas e os lugares, a simbólica paisagística correspondente ou tradutora dos valores dominantes da sociedade. Os lugares deixam de ser realidades fisionómicas com sentido geométrico como eram os estudados pela geografia corológica ou da diferenciação espacial, para serem construídos pela experiência, representando sítios de segurança e de ligação afectiva.

A afirmação da percepção do espaço vivido como linha de pesquisa científica em França não é totalmente alheia ao estudo do espaço-objecto, procurando alguns, um pouco à semelhança da escola de Besançon, integrar os dois. De facto BERQUE (1987:242) revela a preocupação em abarcar as duas dimensões do ambiente quando diz que «o *milieu* deve ser contemplado na sua plena realidade simultaneamente factual e sensível, física e fenomenal, ecológica e simbólica». Este autor critica uma certa confusão que diz existir entre o ambiente e a sua representação. Para ele a paisagem não é apenas um objecto nem um simples representação subjectiva, mas uma *trajection* (a ligação sujeito-objecto) e os *milieux* têm de ser estudados no quadro daquilo a que chama «*médiance*, conceito de sentido ambivalente, fundamento de uma nova mesologia que estuda os *milieux* abarcando em simultâneo os aspectos ecológicos (objectiváveis) e os simbólicos, da significação subjectiva»(idem, ibidem:242). A paisagem é então a manifestação sensível da *médiance*. Traduz o sentido do *milieu* em termos perceptivos (BERQUE, 1990:117).

Para a geografia humanista o conhecimento não depende apenas da dimensão científica mas incorpora a experiência vivida e os sentimentos, integrando o infra-consciente. O foco de atenção são as relações homem/ambiente no lugar onde as pessoas vivem. Estes autores têm uma posição antropocêntrica «a paisagem não existe senão pelo grupo ou pelo homem, particularmente através da relação fenomenológica entre o *je* e o meio» (BAILLY *et al.*, 1980:278), insistem nos laços afectivos de ligação das pessoas com o lugar (a topofilia), aproximam-se da fenomenologia existencial e da hermenêutica, pois as paisagens reflectem crenças e valores da sociedade, traduzem sentimentos, valores e fantasias face ao ambiente, são herança intelectual e espiritual. Estudam a relação entre paisagens e cultura. Assim Tuan compara a do ocidente e a da China, Berque a da Europa e a do Japão, Lowenthal a paisagem dos Estados Unidos da América

¹⁸ RIMBERT, 1973:234.

e a do Reino Unido, Meinig procura as paisagens simbólicas dos Estados Unidos identificando os arquétipos próprios de cada época.

Surge a ideia de que a paisagem é uma auto-biografia colectiva e inconsciente que reflecte gostos, valores, aspirações e medos. Começamos a encontrar textos onde se procuram as relações entre o inconsciente da memória colectiva e o imaginário na escolha de localizações, na identificação dos territórios do medo ou da admiração, tal como investimento na descodificação dos sentidos imbuídos pelas sociedades ao espaço. O reconhecimento do valor e do sentido dos signos presentes em diversos elementos do ambiente em que vivemos permite exercícios no âmbito da semiótica.

Tanto a geografia das representações como a humanista diversificam as fontes de estudo como as aproximações disciplinares e os métodos de análise. Jornais, textos literários e obras de arte adquirem valor como fonte de informação. A necessidade de descodificar o simbolismo das paisagens levou alguns à semiótica como Gottdiener, Lagopoulos, outros, como Duncan, Meinig e mesmo Tuan, vão buscar a teoria literária e a análise sócio-linguística para ler e descodificar os sentidos das paisagens. De facto, algumas correntes defendem que as paisagens têm um sentido cultural e que se podem ler como se lê um livro, mas é preciso saber ler, dispor dos instrumentos adequados.

No contexto das reacções ao positivismo também nas correntes marxistas a interpretação das paisagens assume um papel progressivamente maior, enquanto reflexo da evolução das formas de produção do espaço; podemos ver aqui a paisagem artefacto vinculada a uma ideologia dominante, ao modo como se organiza a exploração dos recursos naturais. Há uma certa sobreposição entre paisagem e formas produzidas, entendidas como capital mas não se focando o estudo nas propriedades 'objectivas' do território.

O estímulo pelo estudo das paisagens, pela necessidade da sua avaliação para efeitos de planeamento, especialmente com a reforma do poder local no Reino Unido no início dos anos 70, esteve na origem de diversos estudos mecanicistas sobre a qualidade estética das paisagens¹⁹ de que o mais conhecido é o de J. APPLETON (1975): *habitat theory e prospect refuge theory*. Segundo este estudo, na relação dos indivíduos com o ambiente entra em acção um processo de avaliação e selecção dos estímulos exteriores que apresenta principalmente duas componentes, uma biológica (prática), outra cultural. A selecção biológica aproxima-se do domínio instintivo: aprecia-se e fixa-se o que é útil para a sobrevivência, por exemplo em termos de alimentos (*habitat theory*), ou o que é susceptível de a ameaçar e garantir melhores condições de defesa (*prospect refuge theory*) ou, de uma forma mais elaborada, tudo aquilo que nos é útil para a vida quotidiana, desde a localização dos espaços necessários ao desenvolvimento de várias actividades aos percursos mais convenientes para os atingir. A questão da segurança e defesa implica o ver sem ser visto, a relação entre

¹⁹ Uma resenha sobre este tipo de preocupações encontra-se em SILVA, 1999.

espaços abertos e fechados, entre o 'aqui' e o 'além', bem explorados na aplicação à forma urbana por CULLEN (1971).

KAPLAN (1989) reformulou a *habitat theory* em termos da teoria da informação defendendo que os ambientes preferidos seriam aqueles que facilitem e estimulem a aquisição de conhecimentos e não apenas a sobrevivência biológica, embora relacionados com ela. Isto ajuda a explicar a importância da legibilidade das paisagens que veiculam informação passada e das zonas misteriosas que constituem desafios para novas descobertas (BOURASSA, 1991).

O outro nível de avaliação das paisagens é de ordem cultural e nele se incluem as atitudes do indivíduo face ao ambiente, os sentidos que reconhece nos seus elementos e os valores que lhe foram atribuídos pela sociedade. Estes últimos estão com frequência cristalizados num modelo que representa o padrão ideal da organização social e do espaço quotidiano. Modelos de organização da cidade, como a cidade quadrangular chinesa²⁰, ou de organização de povoações, como as aldeias Bororo estudadas por Lévy Strauss, transpõem para o território das práticas quotidianas a visão do cosmos bem como o esquema da hierarquia social vigente e tornam incompreensíveis formas de organização diferentes, a ponto da vivência nelas acarretar perturbações no próprio comportamento e relacionamento social.

Se os estudos da geografia humanista destacam o significado das paisagens (ou de alguns dos seus elementos), os valores sociais que elas transmitem, alguns autores continuam a afirmar a valorização estética como requisito identificador das paisagens. BERQUE (1991:4) vai neste sentido quando reconhece que «todas as civilizações percebem, organizam e simbolizam o seu ambiente, mas poucas fazem uma representação explicitamente paisagística criando um género pictórico em que o ambiente é o tema». Também RONAI (1976:126/7) afirma que a paisagem é fruto da apreciação estética do espaço, da sua transformação, para além do espaço de uma prática, em espectáculo: «*Il n'existe de paysage que dans l'espace du regard, à la différence des falaises, plateaux et vallées qui existent bien dans l'espace réel. Le paysage se définirait alors comme un spectacle de l'espace, et non comme fraction de l'espace lui-même*».

Este percurso pela bibliografia geográfica sobre a paisagem revela como a importância deste conceito variou no tempo e está ligada a diferentes escolas de pensamento. Mostra também que sempre existiu ambiguidade em torno do conceito de paisagem, tradicionalmente imputada ao duplo sentido da palavra alemã, mas que deriva também da diferença entre aquilo que se vê (a realidade) e o modo como é visto. Esta dualidade leva ROCHEFORT (1974) a distinguir a paisagem objectiva (a que LACOSTE, 1977, chama real) da paisagem subjectiva, ou seja, a ideia que se faz dela.

²⁰ Ver em WHEATLEY (1971) e TUAN (1974) uma explicação deste tipo para a cidade chinesa.

Nos autores saxónicos encontramos o contraponto da paisagem objectiva e subjectiva desde W.Kirk que, nos anos 60, opunha o ambiente do comportamento ao fenomenal. Posteriormente SONNENFELD (1972) propôs uma hierarquia nos níveis de ambientes percebidos desde o geográfico ao comportamental, passando pelo operacional e perceptual. BRUNET (1974a: 121), admitindo objectividade no 'ver', coloca a dualidade num nível diferente opondo a paisagem objectiva às sensações que produz no observador, pois a paisagem tanto é aquilo que se vê, mensurável e independente de nós (o tal real e objectivo), como é fonte de sensações vividas e sentidas, exigindo assim dois métodos de estudo diferentes.

Seja como fonte de sensações, seja como modo de ver um território, o facto é que as abordagens recentes têm valorizado os aspectos subjectivos da relação das pessoas com o ambiente. Assim, tal como RONAI citado acima, ROUGERIE E BEROUTCHACHVILI (1991:359) dizem que «ao contrário de natureza e ambiente a paisagem só existe na medida e segundo o modo como o homem a percebe». Esta afirmação levanta duas questões. Por um lado, acentua o aspecto subjectivo inerente ao processo de percepção e, por outro lado, põe o problema da demarcação da paisagem em relação a conceitos que muitas vezes parecem sinónimos como natureza e ambiente. Podemos dizer que paisagem não se confunde com natureza, ambiente, nem espaço geográfico²¹, pois encontra-se no interface dos ambientes operacional, perceptual e comportamental de SONNENFELD (1972). Portanto, inclui elementos do ambiente tal como a sua interpretação pelas pessoas, a qual as leva a actuar, modificando ou não a realidade exterior.

Para RIMBERT (1973) as duas correntes que se encontram no estudo das paisagens decorrem de diferenças no conceito de espaço: do conceito fenomenológico do espaço corporal decorrerá a geografia da percepção e do comportamento, enquanto a geografia do espaço objecto radica no conceito de espaço cartesiano. De facto, podemos estudar o espaço segundo várias dimensões, privilegiar as propriedades e características materiais, independentemente das pessoas, ou focarmo-nos na relação das pessoas com o território, o que corresponde a diferentes entendimentos sobre a geografia e os seus métodos. Por um lado, o espaço geográfico poderá ser encarado como realidade material objectiva com determinadas propriedades locativas e morfo-funcionais. Estudado a partir dos elementos constituintes, suas formas, funções, relações, evolução dinâmica e transformação histórica, ou como produto das sociedades humanas,

²¹ Podemos considerar *Natureza* como aquilo que é espontâneo. Existe na terra sem intervenção do homem; *Ambiente* como aquilo que nos rodeia (natureza, espaço geográfico, seres vivos, homens), conjunto cujos elementos estão em permanente interacção e troca. Comum aos outros seres vivos tem um sentido biológico de sustento; *Espaço Geográfico* é a natureza transformada pelo homem, com um sentido mais funcional. A moderna literatura geográfica tende a usar pouco esta expressão, preferindo, em seu lugar, como sinónimos, espaço, território ou mesmo ambiente.

para satisfazer necessidades económicas e culturais de produção e reprodução do indivíduo e dos grupos, sofrendo influência desse meio produzido em momentos anteriores, num processo dialéctico e dinâmico em constante transformação.

Mas, por outro lado, esse espaço tem outras dimensões mais difíceis de objectivar, pois é um produto cultural imbuído de significações que traduzem as crenças e os valores da sociedade, é repositório das culturas e estilos de vida das formações sociais anteriores, base da ligação das pessoas ao território, faz parte da identidade dos indivíduos e das sociedades. As sociedades não transformam a natureza apenas por razões económicas e a organização do território traduz os valores da sociedade, as suas crenças sobre o mundo. As pessoas identificam-se com determinadas porções do território, desenvolvem laços afectivos com ele e o território torna-se parte do si. Esta é portanto outra dimensão, marcada por elementos subjectivos, a contemplar nos estudos sobre o espaço na geografia humana se não quisermos fazer análises demasiado esquemáticas e limitadas. Desenvolvimentos epistemológicos recentes questionam mesmo a possibilidade de objectividade científica na geografia humana porque o sujeito não é neutro nem totalmente independente do objecto de estudo. Quem estuda tem ideias e valores que condicionam aquilo que vê, a selecção dos elementos que vai analisar.

Parece-nos claro que dificilmente se poderá chamar paisagem ao espaço entendido segundo o primeiro modo, como uma realidade material objectiva. Alguns autores, como é o caso de ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI (1991:359), afirmam mesmo que a teoria dos sistemas matou a paisagem ao retirar-lhe tudo o que não é material e defendendo que os processos que permitem falar de paisagem passam pela subjectividade. Em rigor, não devemos confundir paisagem com um pedaço da superfície terrestre, mas restringir o uso do termo às representações que as pessoas têm desse espaço, o que corresponde a valorizar um dos sentidos da palavra alemã, o da aparência da terra tal como é percebida pelos observadores. Assim, a paisagem poderia ser objecto de estudo na geografia apenas se o foco do estudo deixasse de ser a superfície da terra (nas suas características e organização) para se centrar nas relações dos grupos com os territórios. No entanto, na geografia humana a paisagem enquanto representação e a paisagem enquanto extensão territorial acabam de facto por não se diferenciar pois todo o espaço geográfico é um produto social, uma espacialidade construída pela acção transformadora dos grupos sociais num processo contínuo que implica avaliação da realidade exterior e em que a retroacção mútua está permanentemente a ser feita.

Uma dúvida maior põe-se ainda quanto à necessidade de incluir a valorização estética na realidade percebida para se poder falar de paisagem. Tanto os geógrafos do principio do século como alguns actuais, principalmente aqueles envolvidos no ordenamento do território, são desta opinião. Não bastaria considerar as representações do espaço, pois para falar de paisagem teríamos de lidar com representações na elaboração das quais entrasse o critério

estético. Mas é duvidoso se na percepção do ambiente e na selecção daquilo que se vê não estão sempre, de forma mais ou menos consciente, critérios estéticos os quais contribuem para o desenvolvimento de sentimentos nos observadores.

É a consideração estética que permite falar de degradação das paisagens e da necessidade da sua recuperação, ou qualificação. O acentuar da qualidade estética do território, a *paysageité* de Ronai, que permite que umas áreas sejam entendidas como paisagens e outras não, depende não apenas do seu aspecto intrínseco, mas, principalmente(?), do olhar que sobre elas se dirige, do domínio dos códigos de apreciação por parte do observador. Isto conduz-nos de volta ao problema da inexistência de códigos de visão que nos permitam apreciar aquilo a que alguns, como RELPH (1987) ou VENTURI e BROWN (1977), chamam de paisagens vulgares e ordinárias, muitas das paisagens que estamos a produzir hoje pela transformação e recriação do território herdado.

BIBLIOGRAFIA

- APPLETON, J. (1975) – *The Experience of Landscape*. John Wiley & Sons, Londres.
- BAILLY, A.; RAFFESTIN, C. L.; REYMOND, H. (1980) – Les Concepts du Paysage: Problématique et Représentations. *L'Espace Géographique*, 9(4), Paris: 277-286.
- BERQUE, A. (1987) – Milieu et Motivation Paysagère. *L'Espace Géographique*, 16(4), Paris:241-250.
- BERQUE, A. (1990) – *Médiance de Milieux en Paysages*. GipRéclus, Montpellier.
- BERQUE, A. (1991) – De paysage en outre-pays. *Le Débat*, 65, Paris: 4-13.
- BERTRAND, G. (1972) – ‘La Science du Paysage’, une ‘Science Diagonale’. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 43(2), Toulouse: 127-133.
- BERTRAND, G.; DOLLFUS, O. (1973) – Le Paysage et son Concept. *L'Espace Géographique*, 2(3), Paris: 161-164.
- BOLÓS, M. (1975) – Paisaje y ciencia geografica. *Estudios Geograficos*, 36(138/9), Madrid: 93-105.
- BOURASSA, S. (1991) – *The Aesthetics of Landscape*. Belhaven Press, Londres e N. Iorque.
- BROSSARD, T.; WIEBER, J.-C. (1984) – Le paysage. Trois définitions, un mode d’analyse et de cartographie. *L'Espace géographique*, 13(1), Paris: 5-12.
- BRUNET, R. (1974-a)- Analyse des Paysages et Sémiologie: Eléments pour un Débat. *L'Espace Géographique*, 3(2), Paris: 120-126.
- BRUNET, R. (1974-b) – Espace, Perception et Comportement. *L'Espace Géographique*, 3(3), Paris: 189-204.
- CAPEL, H. (1981) – *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporanea. Una Introducción a la Geografía*. Barcanova, Barcelona (2.^a edição de 1983).
- CLAVAL, P. (1987) – *A Geografia do Homem*. Almedina, Coimbra (ed. francesa de 1974).
- COLLOT, M. (1986) – Points de Vue sur la Perception des Paysages. *L'Espace Géographique*, 15(3), Paris: 211-217.
- COSSGROVE, D. (1984) – *Social Formation and Symbolic Landscape*. Croom Helm, Londres.

- CULLEN, G. (1961) – *Paisagem Urbana*. Edições 70, Lisboa, 1990 (tradução a partir da edição de 1983).
- DARDEL, E. (1952) – *L'Homme et la Terre. Nature de la Réalité Géographique*. Nova edição apresentada por Pinchemel, Ph. e Besse, J., Ed. du CTHS, Paris, 1990.
- ENGLISH, P.; MAYFIELD, R. (1972) – *Man, Space and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*. Oxford University Press, N.Iorque e Londres.
- FRÉMONT, A. (1974) – Les Profondeurs des Paysages Géographiques. Autour d'Ecouves, dans le Parc Régional Normandie-Maine. *L'Espace Géographique*, 3(2), Paris: 127-136.
- FRÉMONT, A. (1976) – *La région, Espace Vécu*. PUF, Paris. Tradução Portuguesa Almedina, Coimbra, 1980.
- GOMES, E. (1999) – Paisagem. Registros de conceitos a partir da geografia alemã. In P. VASCONCELOS E S. SILVA (org.). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*, Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador: 121-142.
- HAGGETT, P. (1975) – *Análisis Locacional en la Geografía Humana*. Tradução em castelhano, Gustavo Gili, Barcelona, 1976.
- HARTSHORNE, R. (1939) – The nature of geography. A critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*, 29 (3-4).
- HARVEY, D. (1983) – *Teoria, Leyes e Modelos em Geografia*. Alianza, Madrid.
- HARVEY, D. (1987) – Flexible Accumulation through Urbanization: Reflections on 'Post-Modernism' in the American City. *Antipode*, 19(3): 260-286.
- HARVEY, D. (1990-a) – *The Condition of PostModernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. B. Blackwell, Oxford. (1.^a edição 1989).
- HARVEY, D. (1990-b) – Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, 80: 418-34.
- JOHNSTON, R. J. (1983) – *Geography and Geographers. Anglo-American Human Geography since 1945*. Ed. Arnold, Londres (1.^a ed. 1979). Tradução portuguesa: DIFEL, São Paulo, 1986.
- LOWENTHAL, D. (1968) – The American Scene. *The Geographical Review*, N.Iorque, 58: 61-88.
- LOWENTHAL, D.; PRINCE, H. (1965) – English Landscape Tastes. *Geographical Review*, 55 Londres: 186-222, rep. em English, P. e Mayfield, R. (eds.), 1972, *ob. cit.*, pp. 81-112.
- LUGINBUHL, Y.(1992) – Nature, paysage et environnement, obscure objects du désir de totalité. In M. CL. ROBBIC (dir-) *Du Milieu à l'Environnement. Pratiques et Représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*. Economica, Paris: 11-56.
- MARCEL, O. (ed.), (1989) – *Composer le Paysage. Constructions et crises de l'espace (1789-1992)*, Champ Vallon, Seyssel.
- MEINIG, D. W. (ed.), (1979) – *The Interpretation of Ordinary Landscapes. Geographical Essays*. Oxford Univ. Press, N. Iorque.
- MEINIG, D. W. (1979) – Symbolic Landscapes. Some Idealizations of American Communities. In D. W. MEINIG (ed.), *ob. cit.*: 164-192.
- PATTISON, W. (1964) – The four traditions of geography. *Journal of Geography*, Indiana, 63: 211-216.
- PEET, R. (1998) – *The Modern geographical Thought*. Blackwell, Londres(2.^a ed. 1999).
- PIVETEAU, J-L. (1973) – L'Observation Directe du Paysage et sa Place dans la Problématique de la Géographie Urbaine. *L'Espace Géographique*, 2(3), Paris: 243-246.

- PIVETEAU, J.-L. (1989) – Les tableaux de peintres pour notre compréhension de l'espace. In Y. ANDRÉ e out. *Représenter l'espace. L'imaginaire spatial à l'école*. Anthropos, Paris: 109-122.
- RELPH, E. (1987) – *A Paisagem Urbana Moderna*. Tradução portuguesa, Edições 70, Lisboa, 1990.
- RIMBERT, S. (1973-a) – *Les Paysages Urbains*. A. Colin, Paris.
- RIMBERT, S. (1973-b) – Approches des Paysages, *L'Espace Géographique*, 2(3), Paris: 233-241.
- ROCHFORT, R. (1974) – La Perception des Paysages, *L'Espace Géographique*, 3(3), Paris: 205-209.
- ROGER, A. (1989) – Esthétique du Paysage du siècle des Lumières. In O. MARCEL (ed.). *ob. cit.*: 61-82.
- ROGER, A. (1991) – Le Paysage Occidental. Rétrospective et Prospective, *Le Débat*, 65, Paris: 14-28.
- RONAI, M. (1976) – Paysages. *Hérodote*, 1, Paris: 125-159.
- RONAI, M. (1977) – Paysages II. *Hérodote*, 7, Paris: 71-91.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. (org.) (2001) – *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Editora da Universidade Estadual do Rio Janeiro, Rio de Janeiro.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI N. (1991) – *Géosystèmes et Paysages. Bilan et Méthodes*. A. Colin, Paris.
- SACK, R. (1988) – The Consumer's World: Place as Context. *Annals of Association of American Geographers*, 78(4): 642-664.
- SANGUIN, A. L. (1981) – La géographie humaine ou l'approche phénoménologique des lieux, des paysages et des espaces. *Annales de Géographie*, 501, Paris: 560-587.
- SAUER, C. O. (1925) – *The Morphology of Landscape*. University of California Publications in Geography 2(2):19-54 rep. em J. LEIGHLY (ed.), 1969, *Land and Life. A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles: 315-350.
- SILVA, C. (1999) – Percepção e avaliação da paisagem. Evolução de métodos e técnicas. *GeoINova*, n.º 0, Lisboa: 116-132.
- SONNENFELD, J. (1972) – Geography Perception and the Behavioral Environment. In P. ENGLISH; R. MAYFIELD (eds.), *ob. cit.*: 244-250.
- SORRE, M. (1961) – *L'Homme sur la Terre*. Hachette, Paris.
- STODDART, D. R. (1981) – *Geography, Ideology and Social Concern*. Blackwell, Oxford.
- TUAN, YI-FU (1972) – Discrepancies Between Environment Attitudes and Behavior: Examples from Europe and China. In P. ENGLISH; R. MAYFIELD (eds.) *ob. cit.*: 68-80 (rep. de *Canadian Geographer* 12, 1968: 176-91).
- TUAN, YI-FU (1974) – *Topophilia. A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*. Prentice-Hall, Englewood-Cliffs, N.J.
- TUAN, YI-FU (1979) – Thought and Landscape. The Eye and the Mind's Eye. In D.W.MEINIG (ed.), *ob. cit.*: 89-102.
- UGI, Union Géographique Internationale (1938) – *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Actes du Congrès*, Tome I, section V: Paysage Géographique, Amsterdam.
- WHEATLEY, P. (1971) – *The Pivot of the Four Quarters. A Preliminary Enquiry into the Origins and Character of the Ancient Chinese City*. Aldine, Chicago.
- WIEBER, J. C. (1995) – Approches du concept de paysage. In A.ROGER (dir.), *La théorie du paysage en France. 1974-1994*. Champ Vallon, Paris: 182-193.
- VENTURI, R.; IZENOUR, S.; BROWN, D. S. (1978) – *Learning from Las Vegas: The forgotten symbolism of architectural form*. MIT Press, Cambridge, Mass., (4.^a edição castelhana, 2000, G. Gili, Barcelona).